



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 011/2021

O **MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS - MG**, com Sede Administrativa localizada à Rua Padre Marinho, nº 348, Centro, inscrito no CNPJ nº 18.315.234/0001-93, através do Prefeito Municipal, Wilson Correa Alves Afonso de Carvalho, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS**, a fim de selecionar a melhor proposta, sendo adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM, COM MODO DE DISPUTA ABERTO e intervalo mínimo de lances de 4% (quatro por cento)**.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei nº 10.520/02 de 17/07/2002, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, e suas alterações, bem como os termos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 132/2005, Decreto Municipal nº 019/2009 e Decreto Municipal nº 030/2020, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, que regulamentou o sistema de registro de preços previsto no artigo 15, da Lei nº 8.666/93.

O pregoão será realizado pelo servidor público Nilson Júnior de Freitas nomeado Pregoeiro, tendo como equipe de apoio os Servidores Clésia Maria Dirino e Gabrielly Carolina de Jesus e Silva, designados conforme Decreto Municipal nº 033/2021, de 26 de Janeiro de 2021. Maiores informações: (37) 3524-1273 das 12:00 às 18:00 horas.

1 – DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

1.1 – Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos:

1.1.1 – Data início para envio das propostas: dia 14 de Abril de 2021, a partir das 08:00 horas.

1.2.2 – Data limite para envio de pedido de esclarecimento: 23 de Abril de 2021 até às 18:00 horas.

1.2.3 – Data limite para envio de Impugnação: 23 de Abril de 2021 até às 18:00 horas;

1.2.4 – Data limite para registro das propostas: até dia 28 de Abril de 2021, às 08:00 horas.



1.2.5 – Data de abertura da sessão pública: **dia 28 de Abril de 2021, às 08:30 horas, que acontecerá através do endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme horário de Brasília.**

2 – DO OBJETO

2.1 – O OBJETO DO PRESENTE PREGÃO ELETRÔNICO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO IGM/IGG, PARA DIAGNÓSTICO DE COVID-19, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

2.2 – O quantitativo constante no Anexo I, deste Edital, está de acordo com o que foi estimado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município, para o período de 12 (doze) meses, não obrigando a Administração Municipal a adquiri-los em sua totalidade.

2.3 – O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos seguintes endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e, www.martinhocampos.mg.gov.br

3 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar do Pregão os interessados que pertencem ao ramo de atividade do objeto desta licitação, e os que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto às documentações constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2 – Para aqueles itens com valor global de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será aplicada a Exclusividade tratada no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.2.1 – Os itens com valor global superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão divididos em CTP (COTA PRINCIPAL) e CTR (COTA RESERVADA).

3.3 – A **COTA RESERVADA** neste Edital será destinada ao atendimento da COTA EXCLUSIVA de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparadas, conforme disposto no inciso III do artigo 48, da LC 123/2006. Portanto, somente ME, EPP e Equiparadas poderão participar destes itens.

3.4 – A **COTA PRINCIPAL** deste Edital será destinada a ampla concorrência, podendo participar todas e quaisquer empresas, desde que atendido o item 3.1, inclusive as que estejam enquadradas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas.

3.5 – A participação neste Certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.4 – Não poderão participar deste Pregão:

3.4.1 – Estará impedida de participar deste processo licitatório a empresa que:

- a)** Esteja sob decretação de falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;
- b)** Esteja com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Pública Direta ou Indireta Municipal;
- c)** Tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;



- d) Tenha Agente Político integrante do órgão promotor e/ou órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- e) Não tenha no seu Contrato ou Estatuto Social finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste Pregão;
- f) Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

4 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro em até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal de Compras Públicas (art. 23 do Decreto 10.024/2019).

4.1.1 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido (art. 23, § 1º, do Decreto 10.024/2019).

4.1.2 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração (art. 23, § 2º, do Decreto 10.024/2019).

4.2 – As impugnações aos termos do Edital do Pregão serão recebidas em **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal de Compras Públicas (art. 24 do Decreto 10.024/2019). O horário limite para recebimento das impugnações será às 16:00 horas da data especificada no sistema.

4.2.1 – A impugnação NÃO possui efeito suspensivo e caberá à autoridade competente decidir sobre a impugnação, no prazo **de 02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento da impugnação (art. 24, § 1º, do Decreto 10.024/2019).

4.2.2 – Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame (art. 24, § 3º, do Decreto 10.024/2019).

4.3 – **Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.**

4.4 – O acompanhamento dos resultados e atos pertinentes a este Edital poderá ser realizado mediante consulta ao Portal de Compras Públicas (através do site www.portalcompraspublicas.com.br), que será atualizado automaticamente a cada nova etapa do certame.

5 - DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

5.1 – Serão utilizados para a realização deste Certame, recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem a confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes, com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – Internet.



5.2 – A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro e do Portal de Compras Públicas, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

5.3 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Certame deverão dispor de um cadastro prévio junto ao Portal de Compras Públicas, através do site www.portalcompraspublicas.com.br.

5.3.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.3.2 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico. O licitante deverá apresentar junto com os documentos de habilitação, a “Declaração de Credenciamento (Procuração)”, conforme Anexo III deste Edital.

5.3.3 – **O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante**, não cabendo ao Provedor do sistema ou ao Município de Martinho Campos, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4 – Como requisito para a participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar pleno conhecimento e atendimento às exigências de Habilitação. Deverá manifestar ainda, em campo próprio, que sua Proposta está em conformidade com as exigências previstas no Edital e em seus anexos.

5.4.1 – Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de Habilitação e/ou Proposta, sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital e na legislação vigente.

5.5 – O licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para cadastrar proposta e/ou dar um lance no evento, terá expressado sua decisão **irrevogável** de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições da referida proposta/lance, e, caso essa proposta/lance seja a classificada, será reputado perfeito e acabado o Contrato de compra e venda do produto negociado.

5.6 – O licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.7 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.8 – Todos os custos decorrentes do Credenciamento no Portal de Compras Públicas, da elaboração e apresentação das Propostas, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante.



6 - DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - O acolhimento dos documentos de habilitação e das propostas eletrônicas será a partir das **08:00 horas** (horário de Brasília) **do dia 14 de Abril de 2021, até às 08:00 horas** (horário de Brasília) **do dia 28 de Abril de 2021.**

6.2 - O licitante interessado em participar do certame deverá encaminhar os documentos referentes à Proposta de Preços (item “8” deste Edital) e os documentos de Habilitação exigidos na forma especificada no item “9” deste Edital e deverá fazê-lo no prazo descrito no subitem acima.

6.3 - O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar a Proposta adequada ao último lance ofertado e, se necessário, os documentos complementares, na forma e no prazo especificado neste Edital.

6.4 - O licitante que deixar de apresentar toda a documentação necessária para participar do Certame, apresentar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, será inabilitado do Certame, ficando sujeito à aplicação de multa, assim como a decretação de “Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Martinho Campos”.

7 - DOS PROCEDIMENTOS

7.1 - Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico (site do sistema do Portal de Compras e no site do Município), o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, os “Documentos de Habilitação”, nos termos exigidos no item “9” do Edital e a “Proposta de preços”, em conformidade com o item “8”. Mencionados documentos deverão ser encaminhados pelo sistema até a data e hora estabelecidos neste Edital, quando então, se encerrará, automaticamente, a fase de recebimento de Propostas.

7.1.1 - Os documentos de Habilitação e a Proposta de preços deverão estar em formato “PDF”.

7.1.2 - Os documentos de Habilitação e a Proposta do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público, somente após o encerramento da sessão pública de lances.

7.2 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. Após o início da sessão pública do Pregão Eletrônico não caberá desistência da Proposta e/ou do lance ofertado.

7.3 - Para inserção de sua Proposta inicial, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento do objeto, constante neste Edital e seus anexos.

7.3.1 - No campo “MARCA” da proposta eletrônica, deverá ser especificada uma única marca para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversas”, “marcas diversas”, ou quaisquer outras.

7.3.2 - No campo “FABRICANTE” da proposta eletrônica, deverá ser especificado um único fabricante para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversos”, “fabricantes diversos”, ou quaisquer outras.



7.3.3 – No campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM” da proposta eletrônica, deverão ser incluídas somente informações que complementem a especificação do produto.

7.4 – As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações, deverão clicar “SIM” no campo “Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declararão conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência”.

7.4.1 – Caso a empresa assinale a opção “NÃO”, esta será tratada SEM os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações.

7.5 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos do Edital e/ou que forem manifestamente inexequíveis.

7.5.1 – O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com o especificado no Anexo I.

7.5.2 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo possível o acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

7.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.

7.7 – Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

7.8 – O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao **MENOR PREÇO** ofertado na etapa de Propostas.

7.8.1 – No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa serão considerados válidos os valores obtidos na etapa de Propostas.

7.9 – Aberta a etapa competitiva (sessão pública de lances), o licitante poderá oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.10.1 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.11 – Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas), poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do sistema.



7.12 – Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.13 – A etapa de lances da Sessão Pública será no **MODO DE DISPUTA ABERTO com intervalo mínimo de lances de 4% (quatro por cento)**, conforme previsto no preâmbulo deste Edital.

7.13.1 – No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.2 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.13.3 – Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.13.4 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela Equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.14 – Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.14.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.15 – Após a etapa de envio de lances, QUANDO FOR O CASO, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

7.16 – Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06, sendo assegurado como critério do desempate, QUANDO FOR O CASO, a preferência de contratação para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores individuais.

7.16.1 – Entende-se como empate ficto, as situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

7.17 – Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada, pelo sistema eletrônico, dentre as propostas empatadas (art. 37 § único do Decreto Federal 10.024).

7.17.1 – Se a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual convocada NÃO apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela



ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 7.16.1, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no item anterior.

7.18 – O disposto nos itens “7.16” a “7.17” não se aplicam às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

7.19 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro promoverá, pelo sistema eletrônico, negociação com o licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

7.20 – O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado na sessão pelo Pregoeiro.

7.20.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21 – Concluída a negociação, o licitante melhor classificado deverá encaminhar, via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, a Proposta adequada ao último lance ofertado ou para o e-mail: licitacao82@yahoo.com.br aos cuidados de Nilson.

7.22 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para aquisição do objeto e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

7.23 – O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.23.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em Ata.

7.24 – Na hipótese de a Proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para Habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

7.25 – Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.26 – O Pregoeiro poderá suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.



7.27 - O sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas disponibilizará as Atas e Relatórios, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 - A proposta de preços eletrônica deverá ser apresentada com base no “VALOR DO ITEM”, exclusivamente mediante o cadastramento no sistema Pregão Eletrônico, no prazo estipulado no item “1.2.4” deste Edital.

8.1.1 - A proposta de preços deverá conter o preço UNITÁRIO e o preço TOTAL de cada item ofertado, conforme unidades e quantidades mencionadas no Anexo I, expresso em reais com, no máximo, **2 (duas) casas decimais**, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

8.1.2 - Os campos “MARCA”, “FABRICANTE” e “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM” deverão ser preenchidos de acordo com os subitens 7.3.1 a 7.3.3 deste Edital.

8.2 - Deverão estar incluídas no preço e/ou lance, TODAS as despesas que o compõe, tais como impostos, taxas, frete, descarga, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.

8.3 - A proposta de preços INICIAL além do formato eletrônico deverá ser apresentada no formato PDE, em papel timbrado da empresa, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato), e, de preferência, com a indicação do **banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta** para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento; deverá estar assinada pelo representante legal da empresa, contendo seu nome completo, RG e CPF e ser anexada no sistema junto com . Deverá conter ainda:

8.3.1 - Descrição completa e detalhada de cada item classificado, especificando a marca, o modelo (se houver) e fabricante;

8.3.2 - Especificação do preço unitário e total de cada item classificado, expresso em reais, com, no máximo, 02 (duas) casas decimais;

8.3.3 - Especificação do valor total da proposta, em numeral e por extenso;

8.3.4 - Declaração de que o preço proposto compreende todas as despesas referentes ao objeto do presente certame, conforme subitem 8.2;

8.3.5 - Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de sua apresentação;

8.3.6 - Especificação do prazo de entrega do objeto licitado.

9 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

9.1 - Quanto à **REGULARIDADE JURÍDICA**, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

9.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;



9.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social com a última alteração ou Contrato Consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

9.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.5 - Cópia da cédula de Identidade do(s) sócio(s) ou proprietário.

9.2 - Quanto à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, apresentará:

9.2.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

9.2.2 - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Divida Ativa, tributos administrados pela Receita Federal e Previdência Social);

9.2.4 - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

9.2.5 - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.2.6 - Prova de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

9.2.7 - Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT;

9.3 - Quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA E TÉCNICA, o licitante apresentará:

9.3.1 - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à licitação.

9.3.2 - Autorização de Funcionamento emitido pela Anvisa.

9.3.3 - Alvará Sanitário Estadual ou Municipal vigente.

9.3.4 - Registro do produto no órgão competente.

9.4 - Para fins de comprovação do enquadramento como ME, EPP nos Termos da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar a **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial**, ou quando for o caso, Registro de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, **emitida no prazo mínimo de 90 (noventa) dias anteriores à data da sessão.**

9.4.1. No caso da licitante se tratar de sociedade cooperativa equiparada à ME e/ou EPP, apresentar comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II, do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados, mediante demonstrativo contábil, devidamente assinado por contador, demonstrando os rendimentos da cooperativa nos últimos 12 (doze) meses.



9.5.2 – As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.5.3 – A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

9.6 – DAS DECLARAÇÕES:

a) A licitante deverá apresentar junto com os documentos de habilitação, as declarações constantes do Anexo IV deste Edital.

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

10.1.1 – Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso.

10.1.2 – A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica objetivamente os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

10.2 – O licitante que manifestar a intenção de recurso e ela ter sido aceita pelo Pregoeiro disporá do prazo de **03 (três) dias** (art. 44, § 1º, Decreto 10.024) para a apresentação das Razões do Recurso, exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal de Compras Públicas.

10.3 – Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias**, contados da data final do prazo do recorrente (art. 44, § 2º, Decreto 10.024).

10.4 – A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.5 – O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.6 – Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como aqueles encaminhados por meios que não o Portal de Compras Públicas.

10.7 – O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal de Compras Públicas, que será atualizado automaticamente a cada nova etapa do certame.



11 - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a regular entrega do produto licitados e da apresentação da respectiva Nota Fiscal.

11.2 - A Nota Fiscal correspondente deverá constar o número do procedimento licitatório a que lhe deu origem, e ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS, que somente atestará a entrega do produto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas na Nota de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

11.3 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS e o pagamento ficará pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de MARTINHO CAMPOS.

11.4 - O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento a que a LICITANTE tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

11.5 - Os pagamentos efetuados ao LICITANTE não o isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução da Ata, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade do produto fornecido.

11.6 - O pagamento será efetuado, preferencialmente, por transação bancária eletrônica mediante crédito em conta corrente, cujos dados bancários deverão ser indicados pela licitante no documento fiscal.

11.7 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

11.8 - Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



12.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

12.2 – A adjudicação do objeto deste Pregão será por itens, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

12.3 – A homologação deste Pregão compete ao Prefeito Municipal de Martinho Campos/MG.

13 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA VIGÊNCIA

13.1 – Homologada a presente licitação, o MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS, lavrará o documento denominado ATA.

13.2 – A Ata de Registro de Preços será encaminhada para a(s) vencedora(s) via endereço de e-mail, informado na Proposta de Preços, e deverá ser assinada pelo responsável legal em no máximo 03 (três) dias úteis a partir do envio, por meio de ASSINATURA DIGITAL, baseada em certificação digital prevista na Infraestruturas de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, criada pela medida provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, ou de próprio punho.

13.2.1 – Após assinada digitalmente, o licitante deverá enviar a ATA ao Departamento de Licitações deste Município por meio do e-mail licitacao82@yahoo.com.br, sendo assinada de próprio punho a ata deverá ser enviada via correio em **03 (três) vias**.

13.2.2 – O prazo para assinatura da ATA poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.3 – **O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (dode) meses contados a partir de sua assinatura.**

13.4 – Em caso da(s) licitante(s) vencedora(s) não assinar (em) a Ata, reservar-se-á o Município de MARTINHO CAMPOS o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro colocado, inclusive quanto ao preço atualizado, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste Edital.

13.5 – **Até a assinatura da Ata, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se o MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.**

13.6 – A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências e com o consentimento



prévio e por escrito do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS e desde que não afete a boa execução da Ata.

13.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

13.8 – Quando da necessidade de aquisição dos materiais licitados, o responsável pelo Setor requisitante consultará o Setor de Compras para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

13.9 – O fornecedor do produto deverá providenciar e encaminhar ao Setor de Compras, sempre que se fizer necessário, os documentos de regularidade fiscal que se encontrarem vencidos no procedimento licitatório e eventuais alterações estatutárias/contrato social/contrato de constituição.

14 – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

14.1.1 – A Ata de Registro de Preços também poderá ser rescindida nos casos em que se verificar que o fornecedor não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

14.2 – Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pelo fornecedor, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação do Município, através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

14.3 – Não serão autorizadas as solicitações de rescisão da Ata de Registro de Preços se existir Nota de Autorização de Fornecimento em aberto, ou seja, a Ata somente será rescindida após a Licitante promover a regular entrega dos materiais solicitados antes do pedido de rescisão.

15 – DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – A Secretaria Municipal de Saúde através do servidor por ela designado, juntamente com seu Secretário, exercerão a fiscalização da Ata de Registro de Preços e registrarão todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas na cláusula 18, constantes neste Edital.



15.2 – As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARTINHO CAMPOS, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne ao fornecimento dos materiais registrados na Ata de Registro de Preços.

16 – DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

16.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

16.2 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

17 – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

17.1 – Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das dotações orçamentárias previstas para ano de 2021, e aquelas que vierem a ser previstas para o ano subsequente:

02.08.01.10.122.0012.2103.33903000/44905200 – Ficha 471 Fonte 102 – Ficha 481 Fonte 102
02.08.02.10.301.0011.2106.33903000/44905200 – Ficha 500 Fonte 102 159 – Ficha 507 Fonte 102-153-159 – 02.03.01.04.122.0003.2005.44905200 – Ficha 70 Fonte 100.
02.09.01.13.122.0007.2809.33903000/44905200 Ficha 645 Fonte 100.
02.05.03.12.361.0006.2029.44905200 Ficha 319 Fonte 101
02.05.03.12.365.0006.2035.44905200 Ficha 358 Fonte 101
02.06.01.08.122.0013.2066.44905200 Ficha 387 Fonte 100
02.07.01.08.244.0013.2388.44905200 Ficha 424 Fonte 100,142

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pelo Município de MARTINHO CAMPOS, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, devidamente atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM/FGV;

III – Suspensão temporária de participação em licitação com o Município de MARTINHO CAMPOS pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no Inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento ao Ministério



Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Município.

18.2 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

18.3 – A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de MARTINHO CAMPOS, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de MARTINHO CAMPOS.

18.4 – O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

18.5 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.6 – Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

19 – DO PREGÃO

19.1 – A critério do Município de Martinho Campos/MG, este Pregão poderá:

- a)** Ser anulado, de ofício, se houver ilegalidade, ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou
- b)** Ser revogado, a juízo do Município de Martinho Campos/MG, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou ter sua data de abertura dos envelopes Proposta e Documentação transferida, por conveniência exclusiva do Município de Martinho Campos e alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

19.2 – Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste:

- a)** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93;
- b)** A nulidade do procedimento licitatório induz à da Ata de Registro de Preços, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e
- c)** No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.



20. DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

20.1 – DO LICITANTE:

- a)** Efetuar a entrega do produto objeto desta licitação no prazo estipulado, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital, e comunicar imediatamente o representante legal do Contratante, na hipótese de ocorrências de qualquer fato impeditivo ou modificativo de seu cumprimento;
- b)** Manter, durante a vigência da licitação, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer esta contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado;
- c)** Executar a entrega do produto licitado, arcando com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS, provocados por ineficiência ou irregularidade do produto;
- d)** Acatar e respeitar as normas administrativas do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS no decurso da validade do presente Certame bem como da respectiva ATA;
- e)** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento do objeto licitado;
- f)** Reparar, corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas qualquer irregularidade que venha a ser encontrada no fornecimento dos materiais objeto deste Certame.
- g)** Realizar a entrega do produto solicitado na Nota de Autorização de Fornecimento ou documentos equivalente, INDEPENDENTEMENTE do quantitativo solicitado, no prazo de até 10 (dez) dias após seu recebimento. O objeto deste Certame será requisitado conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

20.2 – DO MUNICÍPIO:

- a)** Notificar o FORNECEDOR sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, fixando-lhe quando não pactuado, prazo para corrigi-las;
- b)** Disponibilizar ao FORNECEDOR todas as informações necessárias ao fiel fornecimento do objeto licitado;
- c)** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, o que estará condicionado ao regular fornecimento dos materiais solicitados.
- d)** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, indicando as razões da recusa.

21 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



21.1 – É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, efetuar diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.2 – O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22 – Fazem parte do presente Edital:

22.1 – Anexo I – Termo de Referência;

22.2 – Anexo II – Modelo de Proposta;

22.3 – Anexo III – Modelo de Declaração para Credenciamento (Procuração);

22.5 – Anexo IV – Declarações

22.6 – Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços

23 – Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos ao Município de Martinho Campos através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

24 – O resultado desta licitação será lavrado em ata eletrônica, a qual ficará disponível nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.martinhocampos.mg.gov.br.

25 – Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta implicará aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

Município de Martinho Campos/MG, 12 de Abril de 2021.

WILSON CORRÊA ALVES AFONSO DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I – OBJETO: 2.1 – O OBJETO DO PRESENTE PREGÃO ELETRÔNICO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO IGM/IGG, PARA DIAGNÓSTICO DE COVID-19, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

II – JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

O presente registro de preços é destinado à futura e eventual aquisição de testes rápidos para diagnóstico da Covid-19, que serão realizados em pacientes com casos suspeitos de terem se infectados pelo coronavírus.

III- ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01 CTP ¹	TESTE RÁPIDO IGM/IGG, CAIXA COM 25 UNIDADES.	187	CX	R\$ 700,00	R\$ 130.900,00
02 CTR ²	TESTE RÁPIDO IGM/IGG, CAIXA COM 25 UNIDADES.	62	CX	R\$ 700,00	R\$ 43.400,00

OBSERVAÇÃO: SIGLAS: ¹CTP: Cota principal / ²CTR: Cota reservada

IV – AVALIAÇÃO DE CUSTO

A avaliação de custo dos itens que estão sendo licitados conforme descrição acima está de acordo com alguns orçamentos apresentados por empresas pertencentes ao ramo do objeto da licitação. Após a realização de pesquisa de preços, o Município obteve o seguinte valor global:

a) Valor médio estimado para a aquisição dos itens 01 e 02 é de **R\$ 174.300,00** (Cento e setenta e quatro mil e trezentos reais).

V – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM** que atenda às especificações deste Termo de Referência.

VI – DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA



Os recursos financeiros destinados à aquisição dos materiais licitados correrão à conta das dotações orçamentárias previstas para o ano de 2021 e aquelas que vierem a ser previstas para o ano seguinte:

02.08.01.10.122.0012.2103.33903000/44905200 – Ficha 471 Fonte 102 – Ficha 481 Fonte 102
02.08.02.10.301.0011.2106.33903000/44905200 – Ficha 500 Fonte 102 159 – Ficha 507 Fonte 102-153-159 – 02.03.01.04.122.0003.2005.44905200 – Ficha 70 Fonte 100.
02.09.01.13.122.0007.2809.33903000/44905200 Ficha 645 Fonte 100.
02.05.03.12.361.0006.2029.44905200 Ficha 319 Fonte 101
02.05.03.12.365.0006.2035.44905200 Ficha 358 Fonte 101
02.06.01.08.122.0013.2066.44905200 Ficha 387 Fonte 100
02.07.01.08.244.0013.2388.44905200 Ficha 424 Fonte 100,142

VII – RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde através do servidor por ela designado e por sua Secretária, exercerão a fiscalização da Ata de Registro de Preços e registrarão todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas, em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas na cláusula 18, constantes neste Edital.

As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARTINHO CAMPOS, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

VIII – DOS PRAZOS

- a) O prazo de vigência do Registro de Preço será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura da Ata.
- b) O prazo para entrega do produto licitado INDEPENDENTEMENTE do quantitativo solicitado, será de até 10 (de) dias após o recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.**
- c) O Local de entrega do produto licitado será aquele indicado na Nota de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

IX – FORMA DE PAGAMENTO

- a) O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a regular entrega do produto licitado e da apresentação da respectiva Nota Fiscal.
- b) A Nota Fiscal correspondente deverá constar o número do procedimento licitatório a que lhe deu origem, e ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS, que somente atestará a entrega do produto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas na Nota de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.



- c) Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS e o pagamento ficará pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras.
- D) Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de MARTINHO CAMPOS. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

X – PAGAMENTO DE MULTAS E PENALIDADES

- 1) Todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo Município à licitante, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 783 do novo CPC.
- 2) Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Termo de Referência e no Edital de Licitação como de responsabilidade da Licitante e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo Município.
- 3) As Multas e penalidades previstas neste Termo de Referência e no Edital NÃO têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a licitante da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao MUNICÍPIO por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

XI – CONDIÇÕES GERAIS

- a) A Secretaria Municipal requisitante reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer material/produto em desacordo com o previsto no Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas técnicas e legais pertinentes aos produtos licitados.
- b) A Secretaria Municipal requisitante reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.
- c) Rege-se o objeto deste Termo de Referência pelos preceitos de direito público, aplicando se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

Jakline Aparecida Lemos Pereira dos Santos
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Empresa:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
Data:	

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01 CTP ¹	TESTE RÁPIDO IGM/IGG, CAIXA COM 25 UNIDADES.	187	CX			
02 CTR ²	TESTE RÁPIDO IGM/IGG, CAIXA COM 25 UNIDADES.	62	CX			

¹CTP: Cota principal / ²CTR: Cota reservada

Declaro que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas do Edital de Licitação e seus anexos.

Valor Total da Proposta:	_____
Validade da Proposta (mínimo 60 dias):	_____
Condições de Entrega:	Conforme Edital
Local de Entrega:	Conforme Edital
Assinatura:	_____



**ANEXO III
(QUANDO FOR O CASO)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO
PROCURAÇÃO**

A (nome da empresa), CNPJ nº., com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(s) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Município de Martinho Campos/MG (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico SRP nº __/2021** (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinar declarações, propostas, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para, se for o caso de apenas uma licitação.

A presente Procuração é válida até o dia -----

_____, de _____ de 2021

(Assinatura)

(Firma Reconhecida)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

Referência: **Processo licitatório nº ___/2021 - Pregão Eletrônico SRP nº ___/2021**

Empresa:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	
Nome do Representante Legal:	
Data:	

Por meio de seu representante legal ou procurador que abaixo assina, DECLARA ao Município de Martinho Campos/MG que:

Atende as condições de habilitação previstas no edital do processo licitatório em epígrafe e que se submete a todas as condições nele previstas.

Cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: ME, EPP de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006) e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

Se compromete a entregar os produtos que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Anexo I do Edital e no prazo previsto neste Certame, desconsiderando qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.

Declara ainda que todos os produtos/equipamentos fornecidos possuem registro no Órgão Competente.

Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

NÃO está declarada INIDÔNEA, SUSPENSA e nem está IMPEDIDA de contratar com a Administração Pública.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local e data.

Nome ou carimbo do declarante:
Nº da cédula de identidade:



ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N°

Pelo presente instrumento, o **Município de Martinho Campos do Estado de Minas Gerais**, inscrito no cadastro de Pessoa Jurídica sob o n° 18.315.234/0001-93, com Sede Administrativa localizada à Rua Padre Marinho, n° 348, centro, Martinho Campos/MG, representado pelo **Sr. Prefeito Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho**, brasileiro, solteiro, portador de RG, inscrito no CPF:, residente e domiciliado na Zona Rural do Município de Martinho Campos/MG e a empresa seguinte:, CNPJ:, estabelecida à, Bairro,/MG, representada legalmente por, inscrito no CPF:; doravante denominado FORNECEDOR DETENTOR DE PREÇOS REGISTRADOS, ou simplesmente FORNECEDOR, nos termos do Decreto Municipal n°19/2009 de 03/02/2009, que regulamentou o REGISTRO DE PREÇO no Município e nos termos do Decreto Municipal n° 030/2020, que regulamentou o PREGÃO ELETRÔNICO, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O Objeto desta Ata é o “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO IGM/IGG, PARA DIAGNÓSTICO DE COVID-19, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”, conforme descrições constantes no quadro demonstrativo a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VL. UNT	VL. TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS VALORES

2.1 – O valor global desta Ata de Registro de Preço é de R\$-----, conforme proposta apresentada pelo FORNECEDOR, no Processo Licitatório n° __/2021, Pregão Eletrônico RP N° __/2021 que fica fazendo parte integrante desta Ata para todos os fins legais

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – Os recursos financeiros para pagamento do objeto licitado correrão à conta das dotações orçamentárias previstas para o ano de 2021 e aquelas que vierem a ser previstas para o ano seguinte:

02.08.01.10.122.0012.2103.33903000/44905200 – Ficha 471 Fonte102 – Ficha 481 Fonte 102
02.08.02.10.301.0011.2106.33903000/44905200 – Ficha 500 Fonte 102 159 – Ficha 507 Fonte 102-153-159 – 02.03.01.04.122.0003.2005.44905200 – Ficha 70 Fonte 100.
02.09.01.13.122.0007.2809.33903000/44905200 Ficha 645 Fonte 100.
02.05.03.12.361.0006.2029.44905200 Ficha 319 Fonte 101



02.05.03.12.365.0006.2035.44905200 Ficha 358 Fonte 101
02.06.01.08.122.0013.2066.44905200 Ficha 387 Fonte 100
02.07.01.08.244.0013.2388.44905200 Ficha 424 Fonte 100, 142

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - O prazo para entrega do produto objeto da presente Ata, quando solicitados, será de até **10 (dez) dias** após o recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, pelo FORNECEDOR.

4.2 - O Local de entrega do produto, quando solicitados, será aquele indicado na Nota de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 - Não será admitida a entrega do produto pelo Fornecedor sem que este esteja de posse dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal/Fatura).

5.2 - O produto fornecido deve corresponder às especificações e quantitativos constantes da Nota de Autorização de Fornecimento ou outro instrumento similar.

5.3 - De posse dos documentos que devem acompanhar o produto objeto deste Certame, serão os mesmos recebidos provisoriamente pelo servidor da Administração ou comissão responsável.

5.4 - Aprovando o(s) produto(s) recebido(s), após as verificações necessárias realizadas pelo servidor ou comissão responsável, o responsável pelo recebimento e conferência enviará a nota fiscal para o Departamento de compras, para dar início ao processo de pagamento.

5.5 - Encontrando irregularidades, o servidor ou comissão responsável fixará o prazo de 05 (cinco) dias corridos para o FORNECEDOR promover as correções necessárias, sob pena de serem os produtos rejeitados e devolvidos no estado em que se encontrarem.

5.6 - Na hipótese de irregularidades em relação aos materiais fornecidos, a Administração somente receberá em caráter definitivo, mediante termo circunstanciado, após as correções promovidas pelo FORNECEDOR e após a reavaliação realizada pela Administração, por intermédio quer do servidor encarregado, quer da comissão responsável.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - A Secretaria Municipal requisitante, através do servidor responsável/designado juntamente com a(o) Secretária(o) Municipal, exercerão a fiscalização da Ata de Registro de Preços e registrarão todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas, em relatório, cuja cópia será encaminhada ao FORNECEDOR. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas na cláusula 18, constantes do Edital Licitatório e na cláusula décima segunda deste instrumento contratual.



6.2 – As exigências e a atuação da fiscalização pelo MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva do FORNECEDOR, no que concerne à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

DO FORNECEDOR:

- a)** Efetuar a entrega dos produtos objeto desta licitação no prazo estipulado, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital, e comunicar imediatamente o representante legal do Contratante, na hipótese de ocorrências de qualquer fato impeditivo ou modificativo de seu cumprimento;
- b)** Manter, durante a vigência da licitação, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer esta contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado;
- c)** Executar a entrega do produto licitado, arcando com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS, provocados por ineficiência ou irregularidades dos produtos;
- d)** Acatar e respeitar as normas administrativas do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS no decurso da validade do presente Certame bem como da respectiva ATA;
- e)** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento do objeto licitado;
- f)** Reparar, corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas qualquer irregularidade que venha a ser encontrada no fornecimento do produto objeto deste Certame.
- g)** Realizar a entrega do produto solicitado na Nota de Autorização de Fornecimento ou documentos equivalente, no prazo de até **10 (dez) dias** após seu recebimento. O objeto deste Certame será requisitado conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

DO MUNICÍPIO:

- a)** Notificar o FORNECEDOR sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto desta ATA, fixando-lhe quando não pactuado, prazo para corrigi-las;
- b)** Disponibilizar ao FORNECEDOR todas as informações necessárias ao fiel fornecimento do objeto licitado;
- c)** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, o que estará condicionado ao regular fornecimento dos materiais solicitados.
- d)** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, indicando as razões da recusa.



CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias após a regular entrega do produto licitado e da apresentação da respectiva Nota Fiscal.

8.2 – A Nota Fiscal correspondente deverá constar o número do procedimento licitatório a que lhe deu origem, e ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS, que somente atestará a entrega do produto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas na Nota de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

8.3 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS e o pagamento ficará pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de MARTINHO CAMPOS.

8.4 – O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento a que a LICITANTE tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

8.5 – Os pagamentos efetuados ao LICITANTE não o isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução da Ata, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade do produto fornecido.

8.6 – O pagamento será efetuado, preferencialmente, por transação bancária eletrônica mediante crédito em conta corrente, cujos dados bancários deverão ser indicados pela licitante no documento fiscal.

8.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.8 – Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



9.1 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

9.2 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

9.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal para alteração, por aditamento, do preço dos medicamentos constantes na ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1 - O prazo de vigência desta Ata será de **12 (doze) meses**, com início a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, em qualquer época pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos dispostos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Poderá ainda a presente Ata de Registro de Preços ser rescindida, desde que motivado o ato e assegurado ao FORNECEDOR, sem que a mesma tenha direito à indenização de qualquer espécie, caso cometa o que se segue:

- a) não cumpra qualquer das obrigações estipuladas em ATA;
- b) desviar-se das especificações descritas no Termo de Referência, no Edital de Licitação e na presente ATA;
- c) deixar de cumprir ordens do CONTRATANTE, sem justificativa;
- d) paralisar a entrega sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- e) decretação de falência ou instalação de insolvência civil;
- f) for envolvido em escândalo público e notório;

11.3 - A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida ainda, por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade do Sr. Prefeito Municipal.

11.4 - A rescisão administrativa ou amigável da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5 - A nulidade do processo licitatório induz à da presente ata, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



12.1 – Pelo descumprimento total ou parcialmente do pactuado na presente Ata celebrado com a Administração Pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, e suas alterações, obedecidos os seguintes critérios:

12.1.1 – advertência - utilizada como comunicação formal, ao Contratado, sobre o descumprimento da Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

12.1.2 – multa – observados os seguintes limites:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da mercadoria;

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor do fornecimento, não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

12.1.3 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações;

12.1.4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.2 – As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação, pela autoridade competente expressamente nomeado no instrumento convocatório.

12.3 – As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA CESSÃO

13.1 – O FORNECEDOR só poderá ceder ou transferir a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com autorização expressa e por escrito da Administração Municipal.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: DO COMPROMISSO

14.1 – O FORNECEDOR obriga-se a atender integralmente as exigências constantes do Edital de Pregão Eletrônico SRP n.º _/2021, passando este a fazer parte integrante desta Ata.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 – Quaisquer controvérsias e omissões desta ATA serão regidas pela Lei Federal 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e, pelo Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º _/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

16.1 - Esta Ata está vinculada de forma total e plena ao **Pregão Eletrônico SRP nº _/2021 Processo Licitatório nº _/2021**, que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á, rigorosamente, obediência ao Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Martinho Campos - MG para dirimir as dúvidas ou pendências oriundas da presente Ata de Registro de Preços, com expressa renúncia a qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente Ata em 04 (quatro) vias de igual teor e forma devidamente testemunhados.

Martinho Campos/MG, ____ de _____ de 2021

WILSON CORRÊA ALVES AFONSO DE CARVALHO
Prefeito Municipal

FORNECEDOR